

## **Tensões na institucionalização do patrimônio cultural imaterial no Brasil**

Álison Sousa Castro<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho é parte da pesquisa em andamento “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho leva: percursos históricos, usos e sentidos sociais do Pelznickel”, e busca compreender de que forma as tensões que envolveram a institucionalização do patrimônio cultural no Brasil pós-1945 contribuíram para o alargamento da noção de patrimônio, possibilitando que a prática ritual do Pelznickel possa vir a ser compreendido como uma referência cultural no município de Guabiruba-SC. A pesquisa é desenvolvida com base bibliográfica e documental. Como resultado, conclui-se que a tensão que envolve o alargamento da noção de patrimônio no Brasil promove uma mudança significativa: a titularidade de quem atribui valor ao patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** Tempo Presente - Patrimônio Cultural Imaterial – Memória Social - Folclore

### **Introdução**

Quando falamos em patrimônio, estamos nos referindo a uma porção de bens que remetem à riqueza criada e transmitida como herança ou legado e que influenciam o modo de ser e a identificação de grupos sociais (VIANNA, 2013, p. 1). Estes bens, quando se referem a tradições, podem ser compreendidos como “práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas<sup>2</sup>, mantendo um vínculo do presente com o seu passado” (IPHAN, 2006, p. 1), o que nos possibilita vislumbrar uma perspectiva patrimonial com relação ao ritual que envolve a personagem Pelznickel<sup>3</sup>, um “Papai Noel rústico” que é relacionado à “imigração alemã”<sup>4</sup> no Vale do Itajaí-Mirim, em Santa Catarina.

O percurso de institucionalização do tratamento das práticas rituais enquanto folclore e patrimônio também apresenta disputa pela hegemonia historiográfica. Neste trabalho vamos discutir de que forma as tensões estéticas, éticos e étnicos que envolveram a constituição do campo patrimonial e sua institucionalização no Brasil pós-1945 contribuíram para o alargamento da noção de patrimônio, possibilitando que o Pelznickel possa vir a ser compreendido como um Patrimônio Cultural Imaterial, principalmente no município de

---

<sup>1</sup> Mestrando em Patrimônio Cultural e Sociedade (Univille). Bolsita Capes. Historiador da Fundação Cultural de Brusque, historiador@fcbrusque.sc.gov.br

<sup>2</sup> Sobre o caráter dinâmico e mutável dos rituais no mundo globalizado, Cf. WULF, 2013.

<sup>3</sup> Pelznickel é um “Papai Noel do mato” que aparece durante a celebração de Natal no município de Guabiruba-SC, presenteando as crianças boas e ameaçando as más.

<sup>4</sup> Imigração iniciada em 1860 por populações oriundas de regiões que atualmente remetem ao idioma ou ao Estado nacional da Alemanha unificado politicamente em 1871 – portanto, quase 11 anos após o início do processo de imigração no Vale do Itajaí-mirim. Cf. CABRAL, 1958, SEYFERTH, 1981.

Guabiruba-SC, a partir da legislação que disciplina o patrimônio.

### Tensões estéticas

As tensões estéticas que permearam a institucionalização do campo patrimonial no Brasil foram influenciadas pelas premissas de uma radical renovação nas artes que deram origem ao movimento modernista brasileiro, que por sua vez assumiu papel central na institucionalização do campo patrimonial. Estas ideias difundiram-se<sup>5</sup> no Brasil a partir dos “*princípios futuristas*”<sup>6</sup> no início do séc. XX, sendo importado por Oswald de Andrade e difundindo-se sob outros contornos<sup>7</sup>.

Para Marinetti, o esplendor do mundo se enriqueceu de uma nova beleza da velocidade que seria provocada pelo homem que “segura o volante, cuja haste ideal atravessava a Terra, lançada a toda velocidade no circuito de sua própria órbita”. Assim questiona Marinetti: “Por que haveremos de olhar para trás, se queremos arrombar as misteriosas portas do Impossível? O Tempo e o Espaço morreram ontem. Vivemos já o absoluto, pois criamos a eterna velocidade omnipresente” (MARINETTI, 1909).

No Brasil o estopim que desencadeou uma ação mais engajada de intelectuais sob o rótulo de modernistas deu-se na defesa da artista Anita Malfati, chamada de “ser bizarro” por Monteiro Lobato. Os participantes do movimento não tinham um programa coerente<sup>8</sup>, sendo seu elemento aglutinador a natureza negativista e demolidora que visava uma ruptura com o

---

<sup>5</sup> Seu principal veículo de divulgação era a revista *Poesia*. Mas o que na área cultural parecia uma febre inofensiva dos artistas, foi fatal na política. As ideias dos futuristas, recheadas de idolatria à violência, ao militarismo e ao patriotismo, em parte foram introduzidas em programas fascistas (MÖDERLER, 2013).

<sup>6</sup> Estes princípios foram difundidos pelo *Manifeste du Futurisme*, escrito pelo italiano Emilio Filippo Tommaso Marinetti e divulgado no periódico francês *Le Figaro*. Marinetti defendia que era preciso libertar a Itália “de sua fétida gangrena de professores, arqueólogos, cicerones e antiquários” pois são eles que cultuam o passado que “é talvez um bálsamo para tantos os seus males, já que para eles o futuro está barrado... Mas nós não queremos saber dele, do passado, nós, jovens e fortes futuristas!”. E conclui: “Nossa bela e hipócrita inteligência nos afirma que somos o resultado e o prolongamento dos nossos ancestrais. - Talvez!... Seja!... Mas que importa? Não queremos entender!... Ai de quem nos repetir essas palavras infames!...” (MARINETTI, 1909).

<sup>7</sup> A princípio o movimento foi sendo designado por 'Futurismo', circulando a palavra no Brasil desde 1915, e, em 1921. A palavra, usada no começo, passou a despertar a oposição dos corifeus do movimento, que não aceitavam a confusão com o de Marinetti, e reagiam contra o epíteto, empregado a seguir, sobretudo pelos adversários, com intuito de ridículo. [...] Mas a irritação, sobretudo de Mário de Andrade, atingiu o auge em 1925 por ocasião da colaboração modernista ao jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro. Primeiro o título da seção seria 'O mês Futurista', contra o que protestou Mário de Andrade, levando o jornal a mudá-lo para 'O mês Modernista que ia ser Futurista'. Novo protesto de Mário, e então adotou-se o cabeçalho 'O Mês Modernista', e aí colaboraram os grandes do movimento. (ENCICLOPÉDIA, 2001, p. 1083).

<sup>8</sup> As diferenças entre as correntes modernistas se ampliaram após o debate acerca do papel do regionalismo enquanto constituidor da identidade nacional. Resulto deste embate a posição irreconciliável de que “para alguns modernistas, as características regionais eram sinal de atraso e obstáculo à atualização da cultura brasileira e, para outros, ao contrário, eram depositárias da verdadeira identidade” (CHUVA, 2003, p. 314).

passado e, principalmente no caso brasileiro, independência cultural em relação à Europa<sup>9</sup> (BRUAND, 2012, p. 62; ENCICLOPÉDIA, 2001, p. 1086; MARINETTI, 1909, p.1).

A principal singularidade da adaptação e desenvolvimento deste movimento em solo brasileiro foi ter trabalhado com a ideia de criar uma tradição a ser superada<sup>10</sup>. Isto ocorreu porque os modernistas brasileiros perceberam que “o rompimento radical com o passado [postulado no modernismo europeu], só tinha sentido em países onde havia uma tradição nacional internalizada” (FONSECA, 2009, p. 90), ou imaginada a partir de um processo de subjetivação.

A difusão da estética do modernismo perante um grupo de arquitetos brasileiros que se engajaram, após a década de 1930, na institucionalização das políticas públicas patrimoniais, se dará através do imigrante russo Gregori Warchavchik<sup>11</sup>. Formado na Itália e tendo sido influenciado pelo movimento modernista, ele propõe, no Brasil, uma arquitetura ditada pela praticidade e pela economia de acordo com os preceitos de Le Corbusier<sup>12</sup>. Porém, na análise da antropóloga brasileira Silvana Rubino, os pareceres emitidos pelo arquiteto Lúcio Costa<sup>13</sup> explicam por que a interpretação do decreto-lei que instituiu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937 teria se afastado do anteprojeto proposta por Mário de Andrade para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Lúcio Costa teria se tornado o elo entre o moderno e o tradicional, difundindo suas ideias principalmente através da Revista do SPHAN<sup>14</sup> (CHUVA, 2003, p. 321).

---

<sup>9</sup> Mário de Andrade traçou após vinte anos os rumos do modernismo: 1) Ruptura das subordinações acadêmicas; 2) Destruição do espírito conservador e conformista; 3) Demolição de tabus e preconceitos; 4) Perseguição permanente de três princípios fundamentais: a) direito à pesquisa estética; b) atualização da inteligência artística; c) estabilização de consciência criadora nacional (ENCICLOPÉDIA, 2001, p. 1084).

<sup>10</sup>Para Chuva as noções de modernidade e tradição foram fundadoras das ações de proteção do patrimônio no Brasil. A autora destaca que a associação entre modernidade e tradição não foi recorrente em outros países, configurando um modo próprio e peculiar da experiência brasileira (CHUVA, 2009, p. 91) Bruand nota uma dualidade do modernismo brasileiro com a “tentativa de sintetizar preocupações ao mesmo tempo revolucionárias e nacionalistas” (BRUAND, 2012, p. 61).

<sup>11</sup>A reputação de Warchavchik fez com que Lúcio Costa o convidasse para lecionar arquitetura moderna na Escola de Belas-Artes entre 1930-1931. Apesar de efêmera, a cadeira obteve grande aceitação dos estudantes, e recusa dos mestres do estilo neocolonial. Em Pernambuco, Luís Nunes, também inspirado em Le Corbusier, porém, com maior influência da Bauhaus do alemão Walter Gropius, também desempenhou grande papel na divulgação do estilo – apesar de ter falecido ainda jovem (BRUAND, 2012, p. 78-79).

<sup>12</sup>Pseudônimo do arquiteto suíço Charles-Edouard Jeanneret-Gris

<sup>13</sup>Lúcio Costa foi uma personagem fundamental para a profissionalização da atividade de arquiteto (CHUVA, 2003, p. 318). Referindo-se a Lúcio Costa, o arquiteto Yves Bruand afirma parecer estranho que um jovem [...] tenha conseguido tamanha ascendência sobre seus colegas assumindo rapidamente o papel de líder, mas o fato é explicável: sua vasta cultura, a formação parcialmente europeia, a segurança de seu gosto, a grande modéstia e o apoio de [um conceituado crítico de arte e teórico como] José Mariano [que dirigiu a Escola de Belas-Artes] foram os elementos essenciais de sua rápida ascensão (BRUAND, 2012, p. 57).

<sup>14</sup>Em relação ao Sphan, a Revista “atuou complementariamente às ações desse Serviço, ora propondo uma ampliação do escopo de ações possíveis [...] ora reforçando os critérios e abordagens lançados por esta ou, ainda, incentivando o debate com outros setores da sociedade, centrando-se em aspectos da civilização material”,

Costa já ganhara notoriedade quando havia vencido em 1926 o concurso para a escolha do anteprojeto do pavilhão do Brasil na Exposição de Filadélfia, promovido pelo Ministério da Agricultura (BRUAND, 2012, p. 56; CHUVA, 2009, p. 96). Mas, inicialmente o arquiteto construiu sua carreira como discípulo de José Mariano Filho<sup>15</sup>, estando ligado ao estilo neocolonial. A virada decisiva ocorre por ocasião da visita de Le Corbusier ao Brasil em 1925, quando Costa passou a se interessar e estudar suas premissas (BRUAND, 2012, p. 72). Desta forma, o neocolonial, segundo Bruand, teria sido um “símbolo de uma tomada de consciência nacional [...] numa transição necessária entre o ecletismo de caráter histórico [...] e o advento de um racionalismo moderno, cuja origem foi a doutrina de Le Corbusier” (BRUAND, 2012, p. 58). Ademais, o prestígio de Costa advinha das “atitudes corajosas e decididas que assumiu em determinadas ocasiões, especialmente quando nomeado Diretor da Escola de Belas-Artes em 1930<sup>16</sup> e quando do concurso para o Ministério da Educação e Saúde<sup>17</sup>, em 1935-1936, mas vinculadas também à sua atividade de pensador e escritor” (BRUAND, 2012, p. 119).

Desta forma, foi “a prática do tombamento [que] definiu ainda mais essa distância, com a quase total predominância do que veio a se chamar, muitas vezes criticamente, patrimônio de pedra e cal”<sup>18</sup> (RUBINO, 2002, p. 10), fazendo com que o uso recorrente do instrumento do tombamento confunde-se com a ideia de preservação (FONSECA, 2009, p. 180). Com o crescimento urbano verificado na década de 1960 a prática do tombamento encontrou, além dos vigários, um outro forte e poderoso inimigo: os agentes da especulação imobiliária. Além disso, o patrimônio de pedra e cal que tinha como recorte arquitetônico o barroco mineiro, representava um patrimônio relacionado às elites brancas e católicas de origem lusitana – o

---

sobretudo nos primeiros 18 números, assumindo uma abordagem multidisciplinar nos demais números. Na análise destes autores, “o local do discurso histórico privilegiado pela Revista deslocou-se [...] dos institutos históricos para as universidades. Deslocamento que correspondeu ao abandono do lugar central que o conceito de civilização material ocupava” (LEAL et alii, 2012, p. 167;196).

<sup>15</sup>O arquiteto foi um dos principais ideólogos do movimento de revalorização da arquitetura colonial brasileira, principalmente como expoente do estilo neocolonial. Foi diretor da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), no Rio de Janeiro.

<sup>16</sup>Segundo Bruand, com a Revolução de 1930 o novo governo pretendeu implementar uma reforma do ensino da Escola de Belas-Artes que até então era dirigida por José Mariano Filho e dominada pelo estilo Neocolonial. Na ocasião, Lúcio Costa substituiu seu mentor. Porém, utilizando-se de fundamentos jurídicos após a integração da Escola de Belas-Artes à Universidade, José Mariano Filho conseguiu retomar a direção da Escola, também empreendendo na imprensa uma violenta campanha contra seu ex-discípulo, que havia se desviado do estilo Neocolonial (BRUAND, 2012, pp. 72-73).

<sup>17</sup>Segundo Bruand o concurso foi ganho por Archimedes Memória, professor da Escola de Belas-Artes. Porém, o Ministro Gustavo Capanema decidiu ignorar o concurso e convidar o arquiteto Lúcio Costa para elaborar um projeto para o prédio do Ministério da Educação e Saúde. Costa constituiu em torno de si um grupo de seis arquitetos que conferenciaram com Le Corbusier entre 1º de julho a 15 de agosto de 1936 afim de apreenderem os princípios propagados pelo suíço (BRUAND, 2012, pp. 81-83).

<sup>18</sup>Termo utilizado por Afonso Arinos de Mello Franco (FRANCO, 2005, p. 19).

que suscitou um problema de ordem étnica, na medida em que o Pelznickel é referenciado como uma referência resultante de um processo de imigração de grupos regionais do atual Estado-nação da Alemanha.

### **Tensões étnicas**

As tensões étnicas estão imbricadas com a própria concepção de patrimônio conceituada pela corrente que se fez hegemônica na arquitetura brasileira. Para o antropólogo brasileiro José Reginaldo Santos Gonçalves, desde a instauração do regime republicano a questão da identidade nacional impunha-se como desafio a ser solucionado pelos intelectuais brasileiros. Na década de 1930 um novo projeto foi implementado a partir de uma elite de bases urbanas centrando a discussão em termos culturais, em oposição à elite agrária que dominava a cena política até então, a qual estava focada das discussões que versavam sobre a questão da composição racial da população brasileira. Buscava-se uma essência de brasilidade a ser extraída do espólio cultural de três continentes (África, Europa e América) em que se singularizariam no Brasil como herança de um patrimônio universal, mais amplo (GONÇALVES, 1996, p. 40-44).

Reafirmando uma predominância da presença da civilização material lusa em detrimento da presença indígena e afro (que se singularizaria com a herança lusa no Brasil), Rodrigo Melo Franco de Andrade “daria propriamente uma forma ao pensamento que se consolidou no SPHAN, ao buscar, sem regionalismos, constituir a fisionomia do Brasil que seria apresentada [...] para garantir um pertencimento ao mundo das nações modernas” (CHUVA, 2003, p. 316). Esta fisionomia seria fruto da “preocupação central [que] estava voltada para a valorização do passado colonial, representando as origens da nação, conferindo-lhe uma ancestralidade que deveria referenciar-se numa matriz portuguesa, mas que, a partir dela, configuraria um universo tipicamente brasileiro<sup>19</sup>” (CHUVA, 2003, p. 324).

Consultando os escritos do polímato Afonso Arinos de Melo Franco<sup>20</sup>, esta matriz portuguesa que aparece sendo criticada na historiografia da institucionalização do campo

---

<sup>19</sup> A civilização brasileira é narrada como o resultado de um processo universal enquanto as culturas africanas e ameríndias apresentavam-se como remanescentes de um passado desaparecido (GONÇALVES, 1996, p. 46). Esta teia discursiva não suscitou muitos questionamentos devido à autoridade de Rodrigo Melo Franco de Andrade, um homem íntegro que doou-se à “causa” do patrimônio (GONÇALVES, 1996, p. 47).

<sup>20</sup> Franco realizou cinco conferências entre os meses de outubro e novembro de 1941 no Sphan. Estas conferências “constituíram um pequeno curso destinado privativamente ao pessoal técnico da repartição, que tinha sentido necessidade, para a orientação dos estudos e trabalhos a seu cargo, de um conhecimento maior do aspecto material do processo histórico do desenvolvimento” (FRANCO, 2005, p. 19).

patrimonial não é algo tão simples e homogênea<sup>21</sup> quanto à forma atacada (FONSECA, 2009, p. 107; CHUVA, 2012, p. 154; 2003, p. 216). Pela historiografia do campo patrimonial como sendo português, pois já continha em sua pretensa homogeneidade uma heterogeneidade a partir de influências diversas. Desta forma, tornar-se-ia, para ele, mais difícil precisar quais foram os elementos negros e índios incluídos diretamente na nossa civilização material<sup>22</sup> – por mais que, para ele, fosse fácil perceber a influência destas culturas na psicologia social – a ponto de postular que seriam estes os elementos “enriquecedores e diferenciadores” que contribuíam para nos percebermos “diferentes dos portugueses” (FRANCO, 2005, p. 30-32).

Porém esta homogeneização da concepção de português que teria contribuído para o estabelecimento de uma civilização material da qual o Brasil seria tributário, encobre um outro aspecto: a questão dos grupos de imigrantes que ajudaram também a formar uma possível ideia de nação brasileira, mais precisamente aqueles dos quais descendem os atuais praticantes do ritual do Pelznickel em Guabiruba-SC.

Ao tratar da colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim, a antropóloga Giralda Seyferth esboçou um relato sobre o estabelecimento de núcleos coloniais de imigrantes “alemães” em Santa Catarina<sup>23</sup>. Embora desejada e fomentada no século XIX, no início do século XX esta concentração de elementos teuto-brasileiros acabou por se tornar problemática no momento em que o Brasil promovia a institucionalização do campo patrimonial. Ao se propor a “indicar porque e como certos critérios de identificação do grupo teuto-brasileiro persistiram na região dos municípios de Brusque e Guabiruba” (SEYFERTH, 1981, p. 12). Seyferth assinala que

O final da década de 1930 marca o início de um período de crise nas relações entre teuto e luso-brasileiros, provocado pela campanha de nacionalização [...] instituída por Getúlio Vargas, após o golpe de 1937 [...] O programa de ação dessa campanha tinha como premissa erradicar as influências

---

21 Para Franco, os portugueses conquistaram o mundo quando passavam por uma transformação interna - de agricultores para navegadores – o que teria contribuído para a “absorção dos elementos culturais dos povos menos evoluídos”. O português já estava mestiçado no século XV, absorvendo por onde expandia seu império os elementos culturais de povos menos evoluídos (FRANCO, 2005, p. 23-27).

22 Para Franco, esta contribuição não foi importante “porque as condições de sujeição em que viviam as raças negra e vermelha não permitiam a expansão plena das suas [...] formas de cultura” (FRANCO, 2005, p. 37).

23 O processo imigratório teria ganho forte impulso com a vinda de povos a que a historiografia comumente se refere como “alemães” e que viviam em um cenário de grandes crises políticas e econômicas que antecederam à unificação do estado nacional alemão sob a hegemonia da Prússia em 1871. Além disso, uma intensa propaganda por parte das Companhias de Colonização intensificou este processo (1974, p. 18). Deste modo os primeiros “alemães” chegaram [a Santa Catarina] em 1828 e foram instalados na Colônia de São Pedro de Alcântara, não muito distante da capital, na estrada que se abria para Lajes. Só duas décadas depois é que começou o grande fluxo de imigrantes alemães para este Estado, com a colonização do vale médio do rio Itajaí e das terras a noroeste do Estado, próximas ao porto de São Francisco do Sul [...] Da iniciativa privada de Hermann Blumenau, surgiu a Colônia Blumenau, no médio Itajaí-Açu (1850); em seguida, foram fundadas as Colônias de D. Francisca (1851), Itajaí-Brusque [, a última como colônia governamental] (1860) (SEYFERTH, 1974, p. 30).

estrangeiras atuantes, principalmente, nos três Estados do sul, e incutir nas populações de origem europeia (especialmente os alemães, poloneses e italianos) o sentimento de brasilidade” (SEYFERTH, 1981, p. 175).

Podemos relacionar a um contexto posterior à Campanha de Nacionalização promovida pelo Governo Vargas na década de 1930, desta forma,

definir a existência da nação em termos de delimitação, fronteiras e distinção, acabava por definir, simultaneamente, o que estivesse fora dessas fronteiras, criando uma condição de existência referenciada na dualidade entre o que pertence e o que não pertence; o que ameaça e o que constitui o ser nacional (CHUVA, 2009, p. 116)

Portanto ao delimitar o recorte de bens patrimoniais brasileiros como expressão de identidade nacional elegendo o barroco mineiro, os intelectuais engajados no Iphan não só excluíram a herança cultural africana e indígena (contidas como influência distinguidora de brasilidade face ao peso material conferido pela herança lusitana) mas deliberadamente recusavam as manifestações culturais de grupos de imigração, neste caso do grupo teuto-brasileiro. Esta recusa suscita uma investigação acerca das questões éticas que permearam a institucionalização do campo patrimonial brasileiro enquanto um espólio andradiano<sup>24</sup>.

### **Tensões éticas**

A socióloga Maria Cecília Londres Fonseca argumenta que até a década de 1970 a prática do tombamento não suscitava dúvidas por vincular-se à “autoridade intelectual e moral dos modernistas”. Se na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade as políticas culturais se vinculavam a uma herança civilizatória e à formação da nação; nas décadas de 1960-1970 estas políticas se relacionaram a uma ideia de desenvolvimento econômico; passando em meados da década de 1980 a vincular-se à ideia de cidadania (FONSECA, 2009, p. 172). A partir deste período os critérios adotados “começaram a ser objeto de reavaliações”, passando-se a destacar a dimensão social e política da atribuição de valores de uma atividade até então compreendida como “eminente técnica” (FONSECA, 2000, p. 111-112). Na fase inicial foi a noção de civilização material e a interpretação que os arquitetos modernistas<sup>25</sup> fizeram que justificaram os tombamentos (FONSECA, 2009, p. 110), interpretação fundada nas noções de valor nacional ou valor excepcional (FONSECA, 2009, p. 113).

Conforme já referido, a estética modernista focou um componente associado a um recorte hegemônico associado a elemento lusitano, católico e elitista que fora buscado na

---

24 Espólio andriano é como nos referimos tanto às políticas do patrimônio como do folclore em que a figura de um técnico ou especialista atribui ou revela o valor de patrimônio.

25 No qual já nos referimos com relação aos pareceres emitidos pelo arquiteto Lúcio Costa (RUBINO, 2002).

arquitetura do movimento barroco mineiro, o que teria provocado uma tensão ética quanto à atribuição de valor patrimonial a partir do espólio andradiano – seja no campo patrimonial por arquitetos que definiam o que era patrimônio quanto no campo do folclore, em que estudiosos coletavam informações sobre as manifestações populares, reservando às comunidades que se relacionavam ao bem o simples papel de informantes. Com relação ao Pelznickel vimos, portanto, que o fato de ser uma prática ritual o manteve longe da concepção patrimonial, assim como o fato de ser uma expressão cultural de um grupo étnico de um contexto de imigração alemã o distanciou do folclore almejado pelos órgãos nacionais por ser diverso daquelas manifestações relacionadas ao recorte proposto. Cabe ressaltar que os discursos que fundaram estes percursos foram sintetizados pelo antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves no que ele denominou “retórica da perda” (GONÇALVES, 1996).

Ao analisar as modalidades de invenção discursiva do Brasil produzidas por intelectuais associadas à formulação e implementação de políticas oficiais de patrimônio cultural, Gonçalves denomina de *retórica da perda* as “narrativas que se configuram como respostas a uma situação social e histórica na qual valores culturais são apresentados sob um risco iminente de desaparecimento”<sup>26</sup> (GONÇALVES, 1996, p. 89).

Esta análise nos permite compreender o processo de rotulação do Pelznickel enquanto “tradição germânica”, pois ele encarna uma expressão de identidade badense no Brasil por um grupo de pessoas que vieram não só a sua prática desaparecer frente a assimilação do Papai Noel bem como pela crescente onda migratória que atinge o município de Guabiruba, no estado de Santa Catarina<sup>27</sup>, trazendo pessoas que não tiveram o Pelznickel como referências em sua infância e que tem outra identidade que não a “alemã”, trazendo consigo outros hábitos. Esta autenticidade existiria paradoxalmente de sua própria impossibilidade.

Em suas narrativas, a identidade nacional 'é', na medida em que é alocada na 'tradição' [...] devendo [...] ser descoberta ou redescoberta, protegida e preservada contra a fragmentação e a destruição. Ao mesmo tempo, essa

---

26 Para Gonçalves, “a coerência narrativa é concebida, ilusoriamente, como coerência factual. Como consequência, a nação é transformada num distante objeto de desejo [...] contaminado pela coerência com o que é narrado e, simultaneamente, buscado.” (1996, p. 20), e com isto, “paradoxalmente experimentada por meio de sua ausência” (1996, p. 21). Esta ausência da nação no processo de formação dela, é percebida como “uma situação de perda progressiva” (1996, p. 22) e, curiosamente, o discurso de alerta é o mesmo que produz esta perda, pois Os objetos que vêm a integrar as coleções ou os patrimônios culturais, retirados do contexto histórico, social, cultural e ecológico em que existem originalmente, são recodificados com o propósito de servirem como sinais diacríticos das categorias e grupos sociais que venham a representar (1996, p. 23).

27 Segundo os censos demográficos do IBGE e as estimativas para os anos intercensitários, a população do município passou de 7.150 pessoas em 1980 para 9.634 em 1990. No ano 2000 a população foi de 12.976 e em 2010 este número saltou para 18.430, quase dobrando na última década, evidenciando a forte migração para este município.

identidade 'não é', ou, pelo menos, tem sua experiência ameaçada, na medida em que essas entidades [...] estão em processo de desaparecimento. A identidade nacional não é anterior a essa tensão, mas, precisamente o seu efeito (GONÇALVES, 1996, p. 61).

Este desejo expressa-se em uma alegoria, que “representa uma coisa com o propósito de significar outra”, emergindo “a partir da ausência dolorosa daquilo que ela espera recuperar” (1996, p. 27). O patrimônio enquanto algo concreto, “desempenha estruturalmente a função de realizar uma mediação simbólica entre linguagem e experiência” (GONÇALVES, 1996, p. 29). Ele é narrado como um processo de esmaecimento sob ameaça de perda definitiva ao que sua preservação implica da preservação da própria nação (GONÇALVES, 1996, p. 32-33). No caso do Pelznickel, o que se pretende mediar? Qual ausência pretende-se suprir?

A pesquisa apontou dois momentos imbricados aos administradores do órgão patrimonial brasileiro em que a retórica da perda influenciou na própria concepção de tradição, sendo o primeiro período relativo à gestão do jurista Rodrigo Melo Franco de Andrade e o segundo em que esteve à frente do órgão o designer Aloísio Magalhães.

A opinião pública sobre o novo estilo moderno na arquitetura só se converteu após a conclusão do prédio do Ministério da Educação e Saúde em 1943. Neste estilo, há “duas tendências [...] entre as quais oscila o Brasil do século XX: a vontade de progredir [...] e um apego ao mesmo tempo sentimental e racional a esse passado” (BRUAND, 2012, p. 25).

Fonseca assinala que após 1945 houve um engajamento político de alguns intelectuais, radicalizando-se a politização da atividade cultural em meados da década de 1960 (FONSECA, 2009, p. 132). Durante o Governo Geisel, o Estado portava-se não apenas como repressor, mas também como organizador da cultura (FONSECA, 2009, p. 134). Neste período, o modernismo passou a ser objeto de contestação e de crítica (FONSECA, 2009, p. 135). Se nos anos iniciais os adversários enfrentados pelo Sphan resumiam-se aos “vigários obtusos ou prefeitos modernos”, a partir da década de 1960 o grande vilão do Sphan era a “poderosa especulação imobiliária” (FONSECA, 2009, p. 140). Deste modo, a política patrimonial encontrava-se em um cenário totalmente diferente daquele da década de 1930. Além disso, a saída de Rodrigo demonstrou que a instituição só tinha coesão com um líder carismático (FONSECA, 2009, p. 141-142), função que só foi preenchida o designer Aloísio Magalhães se dispôs a elucidar a incompreensão de Severo Gomes<sup>28</sup> do porque de o produto brasileiro não ser reconhecido, propondo uma articulação “para se criar uma fisionomia própria de uma cultura é preciso antes de conhecer a realidade desta cultura em seus diversos

---

28 Ministro da Indústria e Comércio do Brasil entre 1974 e 1977.

momentos” (MAGALHÃES, 1997, p. 116).

No contexto de Aloísio, este desaparecimento, ou esmaecimento, da nação era “determinado pelo avanço tecnológico, que se propaga através de duas vertentes principais: a tecnologia do produto industrial e a tecnologia da comunicação audiovisual” (MAGALHÃES, 1997, p. 54) ocasionando “um severo enfraquecimento dos Estados e a expansão fantástica do poder transnacional do capital a ignorar as fronteiras nacionais” (CHUVA, 2012, p. 157). Revelava-se a crise do modelo moderno que, em favor do crescimento dos benefícios materiais, transformaria o Brasil num país rico, mas sem caráter, sem identidade cultural pois essa “igualdade é [...] que na verdade só faz diminuir a capacidade criativa” (MAGALHÃES, 1997, p. 90) pois “uma das consequências mais flagrantes do achatamento do mundo é a perda ou diminuição de caracteres próprios das culturas” (MAGALHÃES, 1997, p. 115) na medida em que “o grande problema com que se defrontam os países em desenvolvimento é o problema de absorverem tecnologia de cuja evolução não participaram” (MAGALHÃES, 1997, p. 226). Deste modo, ele propunha uma “vacina<sup>29</sup> da adequação dessas alterações à verdade e autenticidade do perfil cultural da nação” (MAGALHÃES, 1997, p. 80).

Aloísio questionava-se: “quais são os valores permanentes de uma nação?” (MAGALHÃES, 1997, p. 47). Para ele, não era possível atuar de cima para baixo de acordo com a prática do IPHAN pois “uma gama de atividades do povo [...] deve ser tomada como bens culturais”, mais especificamente os “bens culturais vivos” (MAGALHÃES, 1997, p. 120). Assim, é nesse contexto que se opera uma ampliação na noção de patrimônio cultural, em que novos objetos, bens e práticas passam a ser incluídos ou a concorrer para se tornarem patrimônio. Contribui para esse alargamento a “guinada antropológica” (LEAL, J. 2013) nas ciências sociais, quando “a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objeto de investigação” (CHUVA, 2012, p. 157). Se o problema identificado relaciona-se com o dos modernistas da década de 1920 – qual seja a tradição – a diferença para a política proposta por Aloísio é que se buscaria esta singularidade não mais

---

29 A grande inquietação dele era como atuar sobre a realidade e devolver à população os benefícios gerados pelo desenvolvimento das políticas públicas, na medida em que uma atividade popular não teria consciência de seu valor. Aloísio reconhecia que em países pobres “a preservação passa a ser um luxo” (MAGALHÃES, 1997, p. 92), daí não podermos assumir uma estrutura policialesca voltada à proibição, mas que devemos “encontrar os mecanismos que permitam essa adequação entre a postura de preservar e a postura de mudar, de crescer”. (MAGALHÃES, 1997, p. 93-94). Em sua concepção, essa vacina deveria levar a um “desenvolvimento harmonioso” (MAGALHÃES, 1997, p. 56) que necessitaria considerar as políticas de metadesenvolvimento (ao nível macro) e de paradesenvolvimento (ao nível micro). Se o primeiro cuidaria dos grandes complexos industriais, o segundo seria “indispensável para que o metadesenvolvimento não se desvincule da realidade nacional, acarretando a perda de identidade cultural e eventualmente afetando mesmo a soberania nacional”. Percebe-se que Aloísio mantinha termos próprios de seu contexto: desenvolvimento e soberania nacional.

cristalizada, objetificada em bens “mortos” mas, com um desenvolvimento endógeno, a partir da busca de soluções autóctones “do zero”<sup>30</sup>, uma tradição viva, que fosse apreendida em sua dinâmica e em sua pluralidade (FONSECA, 2009, p. 150-151;162).

Na perspectiva de Aloísio Magalhães, nós, do “Terceiro Mundo”, poderíamos inserir no conceito de bem cultural toda uma gama de percepção de uma realidade que na verdade não está cristalizada, da qual sequer há ainda uma representação clara, mas que justamente pela sua fragilidade, pela sua vitalidade, pela sua importância como indicadores de formulação de identidade cultural, são bens que precisam ser preservados (MAGALHÃES, 1997, p. 93-94).

A mudança operou-se no sentido de conceber o passado como um instrumento, uma referência a ser usada no processo de desenvolvimento econômico e cultural. Mas esses bens deveriam fazer parte da vida cotidiana e serem produzidos pelo povo, que seria sua fonte de autenticidade (GONÇALVES, 1996, p. 75-77). A definição de bem cultural “depende de algumas constantes que possam ser identificadas, algo que tenha sido reiterado na trajetória do país. Não tem que ser necessariamente original ou autóctone. O que caracteriza a autenticidade são alguns valores atribuídos àquele fenômeno, àquele objeto, àquele ato”. (MAGALHÃES, 1997, p. 71).

Esta releitura propunha “dirigir o olhar para representações que configuram 'identidade' da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos 'fazeres' e 'saberes', às crenças, hábitos, etc.”. Deste modo, “o ato de apreender referências culturais pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas, como também a elaboração de relações entre elas e a construção de sistemas que 'falem' daquele contexto cultural, no sentido de representá-lo” (FONSECA, 2000, p. 113-114). O que se apresenta como uma hipótese para este estudo.

Para que se operasse uma ampliação da noção de patrimônio foi necessário ainda que o Estado deixasse de ser o único ator social a se envolver na preservação. Desta forma, para Fonseca, a ideologia do nacionalismo “vem sendo substituída pela noção de direitos culturais como nova forma de legitimar essas políticas” (FONSECA, 2009, p. 71).

Se o Brasil é apresentado como uma nação não plenamente civilizada como no caso de Rodrigo ou desenvolvida no caso de Aloísio. Ambos partem da ideia de que o Brasil ainda não é aquilo que se deseja, assim, “ao mesmo tempo em que assumem a nação como uma

---

30 Sem importação de modelos do exterior; e com uma visão crítica à visão romântica que predominava entre os folcloristas (FONSECA, 2009, 147;149). A criação do Centro Nacional de Referências Culturais “obedecia ao propósito de estudar e propor uma política alternativa” (GONÇALVES, 1996, p. 77) em que fosse possível a devolução desses bens aos seus autênticos donos.

entidade preexistente, eles veem a sua existência como precária – precária, porque não é mais, mas, sobretudo, porque não é ainda” desta forma, “são os elementos que compõem o patrimônio cultural que prometem acesso simbólico tanto a um distante e evanescente passado quanto a um desejado futuro”, ou seja, como um projeto (GONÇALVES, 1996, p. 132). Em suma,

O patrimônio está sempre em processo de desaparecimento, seu resgate jamais será completo, na medida em que aquilo que ele representa somente existe na medida em que se perde. Metaforicamente, a nação sempre escapa na direção do passado (como 'tradição'), na direção de um presente distante e evanescente (a 'diversidade cultural' ameaçada pela 'homogeneização'), mas, sobretudo, na direção do futuro (como 'civilização' e como 'desenvolvimento') (GONÇALVES, 1996, p. 134).

Se para Rodrigo, os objetos da herança de um passado histórico estão sob impacto de um processo histórico destrutivo que resulta na fragmentação irrecuperável da tradição dispersa e destruída; para Aloísio a ameaça de homogeneização dos bens culturais que é parte integrante do cotidiano de diversos segmentos da sociedade brasileira põe em risco esta singularidade na medida em que ela é fundada na heterogeneidade, o que conferiria o “caráter” da nação (GONÇALVES, 1996, p. 108-109). Deste modo, o patrimônio, para ambos,

jamais poderiam ser concebidos como fragmentos se não fossem classificados previamente como parte de uma totalidade distante no espaço ou no tempo. Essa totalidade, no entanto, somente existe enquanto uma promessa sempre adiada e jamais cumprida. Enquanto fragmentos ou ruínas, eles sempre convidam a um incessante processo de reconstrução, uma interminável atividade de colecionamento, restauração e preservação, constituindo-se nos objetos de um desejo jamais satisfeito.(GONÇALVES, 1996, p. 111-112)

De acordo com os termos do debate, o Pelznickel na visão andradiana não caberia na ideia de patrimônio, porém, na ideia de folclore seria objeto proposto por um intelectual – reservando aos praticantes desse modo de fazer apenas a função de “informantes”. Desta nova perspectiva, porém, os praticantes desse modo de fazer seriam parceiros do Estado no reconhecimento de sua prática, tendo papel ativo tanto no reconhecimento como na formulação de políticas públicas que visassem a salvaguarda do bem<sup>31</sup>. Muito embora a sociedade tenha necessariamente que ter um papel ativo, ainda depende do Estado quanto à

---

31 A antropóloga italiana Chiara Bortolotto analisa que se até agora aos atores patrimoniais era reservado um papel passivo como simples informantes de pesquisadores da tradição andradiana tanto do folclore ou do patrimônio; a Convenção de 2003 propõe atribuir um papel ativo aos processos anteriormente reservados aos especialistas do patrimônio (BORTOLOTTI, 2010, p. 11). Neste sentido, “as políticas culturais participativas fundam-se [...] sobre a presunção que [...] os produtores e detentores de tais objetos e práticas são atores fundamentais do processo de patrimonialização.” (BORTOLOTTI, 2010, p. 13).

declaração de um reconhecimento oficial que possibilite pleitear ajuda estatal. Neste sentido, o próprio recorte do barroco mineiro também impossibilitava o entendimento do ritual do Pelznickel enquanto patrimônio na medida em que ele não se alinhava a uma herança “lusobrasileira”.

No caso de Guabiruba, verificamos que a concepção de patrimônio no município de Guabiruba não acompanhou os últimos percursos institucionais que imbricaram e ressignificaram os espólios andradianos do patrimônio e do folclore sob a égide do Iphan a partir de 2003. Para além da tradição reembalada como hiperespetáculo e vendida como produto turístico pela Prefeitura de Guabiruba, a pesquisa apontou que a reinvenção do Pelznickel foi possível a partir de uma retórica da perda na qual seu propagador foi a Sociedade do Pelznickel, uma reunião de pessoas que tinham como objetivo inicial resgatar uma tradição que estava desaparecendo na região. Porém, conforme apontou a pesquisa, o resgate se torna impossível, até mesmo por ser a tradição mutável, tal qual as práticas culturais, as identidades e o PCI.

Neste sentido postulamos que, metaforicamente, o patrimônio deve ser compreendido como sendo de *corpo* e *alma* – de *corpo* pois pressupõe um suporte material, e *alma* pois pressupõe uma relação de espiritualidade que possibilitou uma razão instrumental e técnica para o *medium* do patrimônio. Conforme Westphal (2012, p. 65) “a imaterialidade da memória e da imaginação humana, nesse caso a busca da felicidade e da imortalidade, está diretamente ligada aos desdobramentos da consciência humana”.

## **Conclusão**

Como resultado, conclui-se que as tensões estéticas, étnicas e éticas que envolveram a institucionalização do campo do patrimônio cultural no Brasil até a década de 1980 impossibilitavam a compreensão do Pelznickel tanto enquanto patrimônio como enquanto folclore na medida em que a atribuição do valor de patrimônio estava restrito a uma deliberação de técnicos ou especialistas do campo.

A tensão que envolve o alargamento da noção de patrimônio no Brasil, que implicaram por fim em um desgaste de discursos de ordem estética, étnica e ética acabaram por promover uma mudança significativa: a titularidade de quem atribui valor ao patrimônio cultural. O recorte estético do barroco mineiro a partir de grupos modernistas que elegeram o recorte étnico lusobrasileiro, sobretudo católico e elitista e que se impôs hegemonicamente como padrão objetivado à ideia de patrimônio acabou por colocar em questão a própria autoridade

daqueles que se dedicavam à “causa” do patrimônio e que utilizavam-se de sua autoridade no campo para justificar suas decisões no âmbito institucional das políticas públicas culturais. Este rompimento com o espólio andradiano revela um novo patrimônio de “corpo e alma”, reflexivo, inclusivo, reivindicatório e que deve provocar emoções e tensões.

## Referências

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. Tradução Ana M. Goldberg. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Brusque**: Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1958.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. In: **Topoi**, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 313-333.

\_\_\_\_\_. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília: IPHAN, n. 34, p.147-165, 2012.

ENCICLOPÉDIA de literatura brasileira / direção Afrânio Coutinho, J. Galante de Sousa. **Verbetes modernismo**. - 2. ed. red. amplo., atual. E il. sob a coordenação de Graça Coutinho e Rita Moutinho. - São Paulo: Global Editora; Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional/DNL: Academia Brasileira de Letras, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: **Manual de Aplicação do INRC**. Brasília: Iphan/DID, 2000. pp. 111-120.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Desenvolvimento da civilização material no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

**IPHAN. Resolução nº 001**, de 03 de agosto de 2006. Determina os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

LEAL, C. F. B.; SORGINE, J. F.; TEIXEIRA, L. S.; THOMPSON, A. *História e Civilização Material na Revista do Patrimônio*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012. pp. 167-197.

LEAL, João. Agitar antes de usar: A antropologia e o patrimônio cultural imaterial. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.3, n.9, jul.-dez.2013.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997. 2 ed.

MARINETTI, Filippo Tommaso. Manifeste du Futurisme. **Le Figaro**, Paris, 20 fev. 1909.

MÖDERLER, Catrin. (Bonn). Deutsche-Welle. **1909**: Lançado Manifesto Futurista: CALENDÁRIO HISTÓRICO. 20 fev. 2013. Disponível em: <<http://dw.de/p/1GL3>>. Acesso em: 21 mai. 2014.

POMIAN, Krzysztof. **Sobre la Historia**. Tradução de Magalí Martínez Solimán. Madrid: Cátedra, 2007.

RUBINO, Silvana Barbosa. Lúcio Costa e o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional., 06/2002, **Revista USP**, Vol. 53, pp.6-17, São Paulo, SP, BRASIL, 2002.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.

\_\_\_\_\_. **Nacionalismo e Identidade Étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

VIANNA, Letícia Costa Rodrigues. Participação social e gestão do patrimônio imaterial. **Patrimônio imaterial**: fortalecendo o sistema nacional, aula 6. Inspire, Iphan, Unesco, 2013.

WESTPHAL, Euler Renato. Linguagem como representação: uma breve aproximação hermenêutica. In: LAMAS, Nadja de Carvalho; JAHN, Alena Rizi Marmo. (Org.). **Arte e Cultura**: passos, espaços e territórios. Joinville: Editora Univille, 2012, v. 1, p. 59-78.